



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS**

**DAG/SCPF 13/2018**

**INFORMAÇÃO**

**Assunto: Ajuste Direto Aquisição de Serviços “Eficiência Energética nos Edifícios Públicos – Câmara Municipal – Elaboração dos Projetos de Especialidades”**

**Início de Procedimento**

Face à informação prestada através da aplicação MEDIDATA com o registo n.º 496/2018 (documento 1 anexo) torna-se necessário abrir o respetivo procedimento de Aquisição de Serviços.

**Cabimento da despesa**

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 6.710,00 (seis mil setecentos e dez euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, e será satisfeita por conta da verba inscrita nos instrumentos de Gestão Financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, sob a rubrica com a classificação orgânica 02/Divisão de Administração Geral (DAG) e classificação económica: capítulo zero sete – Aquisição de Bens de Capital; grupo zero um - Investimentos; artigo zero três – Edifícios; número zero um – Instalações de serviços (2015 I 3).

**Decisão de contratar e de autorização da despesa**

A decisão de contratar cabe ao Presidente da Câmara Municipal, senhor João Fernando Brito Nogueira, no uso da sua competência própria, de acordo artigo 36.º do CCP, conjugado com o artigo 18.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, aplicado por força do disposto no art. 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, e artigo 35.º, n.º 1, alínea f), Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

**Decisão de escolha do procedimento**

O preço contratual não deverá exceder o montante de € 6.710,00 (seis mil setecentos e dez euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, que corresponderá ao preço base.



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

De acordo com o art. 38.º do CCP, a escolha do procedimento cabe ao órgão com competência para a decisão para contratar.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no art. 18.º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do art. 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP, estando em causa um ajuste direto, estando o contrato subsequente com o preço contratual limitado a a € 6.710,00 (seis mil setecentos e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Condução do procedimento no caso de uma única proposta**

Nos termos do art. 67.º, n.º 1 do CCP, no caso de procedimento de ajuste direto em que apenas tenha sido convidada uma entidade a apresentar proposta, a condução do procedimento cabe ao órgão com competência para decidir contratar.

Cabe-lhe igualmente a competência aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, podendo no entanto proceder à delegação de competências, ao abrigo do disposto no art. 109.º do CCP.

Propõe-se assim, a delegação de competências nos serviços de Contratação Pública e Financiamentos para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

**Entidades a convidar**

Ao abrigo do disposto nos arts. 112.º, 113.º, n.º 1, e 114.º, todos do CCP, e no seguimento da sugestão do serviço requisitante – **cfr. doc. 1 que se junta e se dá por integralmente reproduzido**, propõe-se que seja convidada a apresentar proposta a empresa:

**ERI Engenharia, S.A.**

**Rua do Barroco, n.º 86, Leça do Balio, Matosinhos**

**NIPC 503 571 083**

Verificou-se que, o convite não viola o art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii)) do CCP.

**Apreciação da Proposta**

De acordo com o disposto no artigo 125.º do CCP, quando só tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Audiência Prévia e Negociações**

Não haverá lugar à fase de audiência prévia, por apenas ser convidado a apresentar proposta, uma única entidade. Esta, no entanto, poderá ser convidada a melhorar a sua proposta. – **Cfr. art. 125.º, n.º 2 do CCP.**

**Redução do Contrato a escrito e Publicação**

De acordo com o art. 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, salvo seja enquadrável em alguma das exceções previstas no art. 95.º do mesmo diploma.

Segundo o art. 127.º, é obrigatória a sua publicação no site [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), sob pena de ineficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamentos.

**Aprovação das Peças do Procedimento**

São peças deste procedimento o caderno de encargos e o convite, as quais têm de ser aprovadas pelo órgão com competência para a decisão de contratar. – **Cfr. art. 40.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do CCP.**

Na elaboração das peças procedimentais foram observadas as disposições legais aplicáveis. – **Cfr. arts. 42.º e 115.º, ambos do CCP.**

**Modo de Apresentação da Proposta**

A entidade convidada deverá apresentar a sua proposta na plataforma eletrónica de contratação pública designada por “Vortal”.

**Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação a adotar é a modalidade de avaliação do preço ou custo, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP..

**Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)**

Vocabulário Principal: 71321000-4 (Serviços de conceção técnica para instalações mecânicas e elétricas em edifícios).

**Gestor do Procedimento**

Propõe-se que seja designado como **gestor do procedimento** da presente aquisição a seguinte Dirigente Intermédia de 3.º Grau:

Cristiana Maria de Castro Brandão

**Peças do procedimento**

Propõe-se como peças do procedimento o Convite e o Caderno de Encargos.

Face ao supra exposto e para cumprimento do CCP, nomeadamente do estipulado nos artigos 36.º, 38.º e 40.º, n.º 2, submete-se ao órgão competente para a decisão de



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

contratar a presente proposta, bem como o pedido de autorização para abertura do respetivo procedimento.

**Em anexo**

doc. 1, caderno de encargos e convite.

Vila Nova de Cerveira, 28 de fevereiro de 2018,

O Chefe da Divisão de Administração Geral,



Vitor Manuel Passos Pereira

**Despacho**

**Deferido,** conforme proposto.

Autorizo a abertura do respetivo procedimento e delego, nos termos do art. 109.º do CCP, a competência nos serviços de Contratação Pública e Financiamentos para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Proceda-se em conformidade.

Vila Nova de Cerveira, 28 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



João Fernando Brito Nogueira

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
CONTRIBUINTE N.º506896625  
Praça do Município  
4920-284-VILA NOVA DE CERVEIRA

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2018/02/26

Manuel Castro

(mcastro)

27-02-2018  
AUTORIZAÇÃO

PROCESSADO POR COMPUTADOR

IMPRESSO	PAGINA
2018/02/26	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
00307	mcastro	2018/02/26	271	2018

DESCRIÇÃO DA DESPESA

AJUSTE DIRECTO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 201/2018

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 7205-INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS-OBRAS (EM CURSO)  
ORGÂNICA : 0102 CÂMARA MUNICIPAL  
ECONÓMICA: 07010301 INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS  
PLANO : 2015 I 3  
Administração geral  
Eficiência Energética nos Edifícios Públicos

DOTAÇÃO DISPONÍVEL  
9.000,00  
A CABIMENTAR  
8.253,30  
SALDO APÓS CABIMENTO  
746,70

EXTENSO

OITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS EUROS E TRINTA CÊNTIMOS



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Concordo.  
Autorizo a dispensa,  
conforme proposto

22-02-2018

DESPACHO:

DAG

Verificando-se que estamos perante um prestador de serviços que no ano de 2017 não prestou serviços ao Município e que não estamos perante objeto idêntico a contratos celebrados em 2017, ou seja, trata-se da celebração de um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e / ou contraparte de contrato vigente em 2017.

Considerando que se pretende assumir um compromisso no montante de € 6.710,00. Considerando que não há qualquer histórico relativamente a este prestador de serviços e que estamos perante um novo objeto.

Considerando que por esse efeito não há qualquer referência a valores gastos.

Considerando que se trata da contratação de serviços específicos e imprescindíveis/elaboração de projetos para eficiência energética, que o Município, não pode suprir com os seus recursos humanos, por isso ter que recorrer a este prestador de serviços.

Propõe-se que se aplique a exceção prevista no n.º 3, do artigo 61.º da lei 114/2017, de 29.12, dispensando-se da aplicação das regras do n.º 1, do já referido artigo 61.º.

Considerando que por força deste n.º 3 do artigo 61.º, a competência para esta dispensa é remetida para o estipulado no artigo 18.º, do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11.04.

Considerando que esta norma estipula a competência em razão do valor.

Considerando que neste caso o valor é inferior a € 150.000,00, a competência é do Presidente da Câmara Municipal.

Assim, se o Presidente da Câmara Municipal autorizar esta dispensa face ao exposto, poder-se-á avançar com o procedimento de contratação da presente prestação de serviços.

Aos serviços Financeiros para informar se existem fundos disponíveis.

vpereira  
22-02-2018

Atendendo que existem  
fundos disponíveis e dotação  
orçamental, poder-se-á  
assumir o compromisso.

caraujo  
23-02-2018



DESPACHO:

DAG

Tratando-se de uma aquisição de serviços, nos termos do artigo 61.º do LOE para 2018, solicito a seguinte informação:

1. Relativamente ao exercício de 2017 (responder ao ponto 1.2 caso seja possível determinar):

1.1. O valor dos gastos de 2017 com esta entidade (total dos compromissos realizados).

1.2. O preço unitário dos serviços iguais de 2017.

2. O total do valor comprometido em 2018, expurgado dos montantes excluídos e dispensados, conforme n.º 2 e 3, do referido artigo 61.º.

---

No âmbito das alterações efetuadas ao CCP, mais precisamente do seu artigo 113.º, n.º 2, solicito ainda informação relativamente ao valor total acumulado adjudicado à presente entidade no ano económico em curso e nos 2 imediatamente anteriores, na sequência de procedimento de ajuste direto ou consulta prévia.

vpereira  
22-02-2018

Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro

Orçamento do Estado para 2018

Aquisição de serviços celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP) - Artigo 61.º

No ano de 2017, não houve prestação de serviços por Consulta Prévia ou Ajuste Direto para este contribuinte;

---

No ano de 2018, houve prestação de serviços por Consulta Prévia ou Ajuste Direto para este contribuinte no valor de 2.870,00€.

DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro de 18  
(Retificação n.º 42/2017, de 30/11)

Procedimentos de consulta prévia ou de ajuste direto no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores - Artigo 113.º

No ano de 2016, não houve Consulta Prévia ou Ajuste Direto para este contribuinte;

No ano de 2017, não houve Consulta Prévia ou Ajuste Direto para este contribuinte€;

No ano de 2018, houve Consulta Prévia ou Ajuste Direto para este contribuinte no valor de 2.870,00€.

---

mcastro  
22-02-2018



650

## INFORMAÇÃO INTERNA

Despacho:

De: SERVIÇOS DE OBRAS MUNICIPAIS Para: EXPEDIENTE GERAL  
Cristiana Maria de Castro Brandão João Fernando Brito Nogueira

ASSUNTO: 496/2018 - Aquisição de Serviços denominada "Eficiência Energética nos Edifícios Públicos – Câmara Municipal - Elaboração dos Projetos de Especialidades"

A presente aquisição de serviços está contemplada no plano de atividades do ano de 2018 através da rubrica orçamental 2015-I-3.

Trata-se da aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de especialidades do edifício da Câmara Municipal, designadamente, o projeto de instalações mecânicas AVAC (climatização e ventilação), projeto de instalações elétricas (iluminação e instalação fotovoltaica) e projeto de reabilitação da caixilharia.

A elaboração dos projetos de especialidades são a base de suporte da candidatura a apresentar ao Aviso NORTE-03-2017-42, Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local.

Considerando a tipologia dos projetos a desenvolver, entende-se que a Câmara Municipal não possui por via dos recursos próprios condições para elaborar a presente aquisição de serviços.

Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP, designadamente, à empresa ERI Engenharia, S.A. (NIF – 503 571 083) com especialidade para o efeito, que junto se envia em anexo. Neste sentido, proponho a adoção de um preço base de 6.710,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Propõem-se ainda um prazo de execução para a realização dos serviços de 45 dias e que seja adotado o CPV: 71321000-4 (Serviços de conceção técnica para instalações mecânicas e elétricas em edifícios).



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

---

Em consequência do descrito acima, solicito autorização superior para a abertura de um procedimento de contratação pública por ajuste direto à empresa ERI Engenharia, S.A. para a aquisição de serviços. Caso o Sr. Presidente concorde deveria circular o presente processo para os Serviços de Contabilidade para informarem se existem fundos disponíveis para assumir o compromisso e consequentemente efetuarem a respetiva cabimentação. Posteriormente, caso a informação seja favorável, deverá remeter o processo ao Serviço de Contratação Pública e Financiamentos para abertura do respetivo procedimento.

Vila Nova de Cerveira, 21 de FEVEREIRO, de 2018

*Brasília Maria de Fátima Brancato*



## **PROPOSTA**

### **PROJETOS DE ENGENHARIA**

#### **Edifício dos Paços do Concelho**

**Local:**

Vila Nova de Cerveira

**Dono de Obra:**

Município de Vila Nova de Cerveira

**2018/02/20**



ERI Engenharia, S.A.

Rua do Barroco n. º 86, 4465-591 Leça do Balio, Matosinhos



---

Cliente: Município de Vila Nova de Cerveira  
Edifício: Paços do Concelho

Versão: 1.0  
Data: 20/02/2018

Por: Costa Moreira  
Tel: 969 010 345 / 229 477 640  
E-mail: cmoreira@eri.pt



## Índice

1. Âmbito da Proposta.....	4
2. Metodologia.....	4
2.1. Fase I.....	4
2.2. Fase II.....	4
2.3. Fase III.....	5
3. Condições Comerciais .....	5
4. Exclusões.....	6
5. Prazos de execução.....	6
6. Outras Condições.....	6



## 1. Âmbito da Proposta

No seguimento dos contactos mantidos segue a nossa melhor proposta para serviços de elaboração de projetos do edifício dos Paços do Concelho, no âmbito da sua candidatura a fundos de apoio financeiro, enquadrados pelo PO-SEUR.

Pretende-se com esta prestação de serviços traduzir em projectos de execução anteriores tomadas de decisão sobre as soluções técnicas mais adequadas no sentido de maximizar a eficiência energética dos referidos edifícios, bem como minimizar os custos de execução das referidas empreitadas e sua manutenção.

Esta prestação agora a iniciar irá incluir a **elaboração de Projectos de Execução nas diversas áreas de Engenharia**, bem como o respectivo acompanhamento e auditoria final.

## 2. Metodologia

De forma a flexibilizar a proposta, oferecendo a possibilidade ao Município de Vila Nova de Cerveira, optar por uma colaboração ajustada aos seus interesses e restrições, propomos fasear a prestação de serviços da seguinte forma:

### 2.1.Fase I

Estudo de relatórios de auditoria energética já realizados bem como o estudo técnico de patologias já identificadas;

### 2.2.Fase II

Numa segunda fase, depois de decididas quais as medidas de racionalização a executar, serão elaborados os respectivos projectos de Engenharia.

A disponibilidade e apoio do corpo técnico da irá assegurar, para suporte da consulta ao mercado, particularmente nas seguintes tarefas:

- Elaboração de Caderno de Encargos e Memória Descritiva
- Especificações Técnicas
- Mapa de Medições
- Peças Desenhadas
- Termo de Responsabilidade
- Estimativas orçamentais associadas à execução de cada medida correctiva e/ou de melhoria;



- Avaliação do retorno financeiro associado a cada medida corretiva e/ou de melhoria;

### 2.3.Fase III

Antes, no decorrer e após a empreitada serão prestados apoios diversos:

- Apoio na decisão de contratação
- Acompanhamento da empreitada e esclarecimentos

### 3. Condições Comerciais

O custo da colaboração, para os serviços de elaboração dos projectos de execução propostos é de:

DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Elaboração de Projecto de Instalações Mecânicas AVAC do Edifício dos Paços do Concelho, incluindo as especialidades de Climatização e Ventilação	2 480,00 €
2 - Elaboração de Projecto de Instalações Eléctricas	
Projeto de Iluminação	1 400,00 €
Projeto de instalação Fotovoltaica	1 470,00 €
3 - Elaboração de Projecto de Reabilitação - Caixilharia	1 360,00 €
<b>VALOR GLOBAL</b>	<b>6 710,00 €</b>

Aos valores propostos deverá ser adicionado o IVA, à taxa legal em vigor na data de facturação;

#### Condições de Facturação

- 40% com a adjudicação
- 60% com a entrega dos Projectos de Execução

As condições de pagamento: 60 dias após a apresentação da correspondente fatura;



#### 4. Exclusões

Encontram-se excluídas desta proposta:

- Prestação de serviços técnicos de Técnico de Instalação e Manutenção;
- Elaboração de PMP – Plano de Manutenção Preventiva das Instalações Técnicas (Mecânicas, Eléctricas e outras);
- Emissão de Certificado Energético no final da empreitada, caso a candidatura assim o exija.

#### 5. Prazos de execução

O prazo previsto para a elaboração das diferentes tarefas (1ª fase) é de: **1 semana**

*Nota: A execução desta fase respeitará integralmente as necessidades e o planeamento imposto pelo Cliente, necessitando de 1 semana para estudo de documentação e preparação*

O prazo previsto para a elaboração das diferentes tarefas (2ª fase) é de: **4 semanas**

*Nota: A execução desta fase respeitará integralmente as necessidades e o planeamento imposto pelo Cliente, necessitando de 4 semanas para a execução da totalidade dos projectos de execução*

Todo o trabalho efectuado, terá por base um diálogo permanente entre o Corpo Técnico Do Município de Vila Nova de Cerveira e a Equipa de Projectistas bem como o Perito Qualificado responsável pelo anterior processo de auditoria energética. Neste prazo não estão incluídos os períodos de espera.

Toda a informação deverá ser disponibilizada atempadamente e quando requerida pelos Projectistas sob pena de o prazo estipulado não poder ser cumprido.

O prazo de execução apresentado inicia-se quando toda a informação imprescindível requerida for disponibilizada.

#### 6. Outras Condições

Esta proposta é válida por 60 dias.

Leça do Balio, 20 de Fevereiro de 2018